

3.
Paradigmas do conhecimento e seus rebatimentos no cotidiano do ensino, da pesquisa e do exercício profissional

Ademir Alves da Silva*

Falar por último tem vantagens e desvantagens. Uma vantagem é a de dispor de um arco de posições das pessoas que o precedem, tendo o privilégio de compartilhar, dialogar com elas, ou mesmo contestá-las. Esta é uma vantagem de quem participa, em terceiro lugar, na mesa. E uma desvantagem é a de encontrar uma audiência possivelmente cansada. Então eu peço um pouco da gentileza de vocês por mais quarenta minutos para podermos, enfim, dar conta dessa empreitada que assumimos. Vamos fazer aqui um pacto de colaboração mútua.

É inevitável fazer um agradecimento, inicialmente, ao gentili convite que recebi da professora, colega e companheira Lidia, para participar deste evento. Vou procurar apresentar minha contribuição, ainda que modesta, bastante entãtica, bastante envolvida com esta luta da qual compartilhamos.

O fio condutor de minha exposição tem muito a ver com a minha experiência, evidentemente, de professor, especialmente na disciplina de Política Social, na PUC-SP, com minha experiência de pesquisa, e minha dissertação de mestrado, que foi na área de habitação. Fiz uma dissertação sobre a questão da política social e cooperativas habitacionais. E tem muito a ver com o exercício profissional, como assistente social que sou, orgulhosamente. Sou um dos representantes mais orgulhosos dessa instigante profissão que é o Serviço Social e que é ser assistente social. Venho trabalhando na Secretaria de Bem-Estar Social de São Paulo e, com certeza, essa experiência também deverá, em alguns momentos, informar minhas colocações, minha exposição.

* Professor da PUC-SP.

Por outro lado, existe uma outra dimensão dessa prática ou dessa práxis, que é o combate propriamente dito, uma militância, a própria participação no governo que ora se encerra em São Paulo, um governo com uma perspectiva e uma prática democrático-popular, radicalizando na luta democrática, como dizia ontem a Aldaiza. Trata-se, pois, de uma experiência não só de docência, de pesquisa, de exercício profissional, mas de combate e luta também em outros níveis, na sociedade.

Frequentemente, cada vez mais, estou tentando intensificar o meu diálogo, a minha participação nessa enorme rede, nessa enorme teia das chamadas ONGs (Organizações Não-Governamentais), muitas das quais, senão a maioria delas, prestam serviços sociais, com todas as contradições, polêmicas e problemas que esta relação entre público e privado representa. Então, isso é para estabelecermos o nosso trânsito, o nosso movimento, o enquadramento de minha ação profissional que, certamente, vai informar minhas colocações aqui. O fio condutor, por escolha, é, sem dúvida alguma, a *formação profissional*, que é a experiência recentíssima na direção da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP, no âmbito da graduação.

A partir do título desta mesa *Produção Científica e Formação Profissional: os Paradigmas do Conhecimento e seus Rebatimentos no Cotidiano do Ensino, da Pesquisa e do Exercício Profissional*, talvez seja o caso de indagar — nós podemos fazer isso aqui sem qualquer levandade e com toda a seriedade — do rebatimento da realidade do mercado de trabalho na formação em face dos paradigmas, ou seja, um pouco o oposto do título da mesa-redonda. Em que medida esse mercado de trabalho, esse espaço de formação profissional, esse exercício profissional estão rebatendo, indagando, pressionando e colocando questões para os paradigmas, para os referenciais de análise?

Há, a meu ver, uma preocupação correta do ponto de vista histórico, mas talvez excessiva com relação à polémica epistemológica e metodológica. Estou falando da excessiva ênfase, mas estou falando também de um acerto histórico, necessário, no sentido de travar esse debate dentro do Serviço Social e ao mesmo tempo nos defrontarmos com uma contradição. O Serviço Social inaugurou recentemente e está tentando consolidar uma tradição de pesquisa, de construção de um acervo teórico, de construções teóricas. E, ao fazer isso, ele dá conta da forma muitas vezes equivocada, apressada, vulgarizada, doutrinari-zada, forma pela qual se apropriou e se aproximou das chamadas

matrizes do pensamento social moderno e contemporâneo, os parâmetros do pensamento social na sociedade do século passado para cá e, principalmente, neste final de século.

Em que pese, de um lado, essa preocupação legítima, oportuna, necessária, de estabelecer tábula rasa para desfazer equívocos, combater mitos, desfazer os erros de uma apropriação apressada, equivocada, desorganizada dos parâmetros, ao mesmo tempo em que procura fazer isso, o Serviço Social se dá conta da crise desses mesmos paradigmas. Eu quase que diria: é muita crise para os nossos parcos ombros. Ao mesmo tempo em que se inaugura uma experiência de produção, de reflexão sistemática, de intensa produção intelectual na nossa área, quase simultaneamente nos deparamos com uma crise sem precedentes — não nova, não recentíssima, mas já de algum tempo — como o José Paulo Netto analisa muito bem em uma das edições da ABESS sobre a crise dos paradigmas. Então, ao mesmo tempo em que o Serviço Social se propõe a essa tarefa, já tem que se defrontar com essa crise, com essas indagações de final do século face aos grandes paradigmas do pensamento social.

Pelo menos neste âmbito, neste fórum nacional que é a ABESS, há um consenso, quase uma unanimidade, quanto à miséria e à absoluta incapacidade do pensamento conservador em dar respostas para os dilemas deste final de século, deste limiar de um novo milênio. Dilemas tantos que nós conhecemos, mas, basicamente, dilema que tem a ver com as formas de produção e apropriação da riqueza socialmente produzida.

Os modelos que conhecemos da economia de mercado, do liberalismo clássico, da chamada tendência neoliberal — agora vivendo na América Latina, no Brasil, um momento que nós podemos chamar de ufanismo, quase de euforia neoliberal — já demonstraram, à exaustão, sua incapacidade de equacionar os problemas da existência social, de forma solidária. E o Serviço Social soube muito bem — pelo menos fez isso durante uma década ou mais — fazer a crítica a toda uma herança conservadora, centrada, matizada no pensamento positivista e que se desdobra e vai informar, vai nutrir, vai realimentar todas as formas do pragmatismo, do utilitarismo, da razão instrumental, da razão burocrática e do pensamento liberal no que diz respeito à política e no que diz respeito à economia de mercado.

E me parece que, no nosso âmbito, de uma forma bastante feliz, bastante intensa e comprometida, nós fizemos e temos feito a ampla crítica a esse referencial do pensamento social, no que concerne à sua incapacidade e ao que ele representa de interdição, no que ele dificulta a apropriação da realidade sob uma perspectiva insurgente, digamos assim, transformadora da realidade social.

De outro ponto de vista nós temos, a partir da derrocada do chamado socialismo real, ou “realmente existente”, um certo desalento em face daquilo que alguns autores chamam de uma “crise de realização histórica”, “crise de vivência histórica concreta” e, por outro lado, uma crise do projeto teórico-político que informa essa mesma prática, que informa essa mesma experiência histórica. Mas o que nós temos, eu estou convencido, é uma derrocada do socialismo enquanto centralização autoritária, é a derrocada da nomenclatura, da razão burocrática, a derrocada do partido único e do sistema de privilégios. Esse “socialismo” que mostrou as suas contradições históricas e que culminou nos fatos recentes que nós conhecemos, de memória recentíssima, no Leste Europeu, a desagregação da URSS etc.

Mas o que quero dizer diante desse quadro, aqui apresentado de forma tão esquemática, é que não temos alternativas fora da razão crítica, fora de uma razão que chamo de insurgente, inconformada em face do *establishment*, em face do *status quo*. Esse é um traço da nossa tradição no Serviço Social, na comunidade profissional. Eu acho que nós podemos falar com todo orgulho e sem qualquer levandade que já temos uma sólida tradição em nossa área, uma tradição até bastante respeitável, no sentido de formulações, indagações e construções de reflexão nesse âmbito do que estou chamando aqui de uma razão insurgente, de um pensamento social absolutamente inconformado, e de uma luta sem tréguas para demonstrar, para desfazer os mitos, para desfazer essas armadilhas que o pensamento conservador insiste em nos impor e pregar.

Até me lembro, neste momento, de um artigo de Julio Cortázar, a respeito do intelectual europeu, particularmente o francês, nesse final do século, em que ele diz assim: qual o papel do intelectual de esquerda na sociedade contemporânea? O seu papel significa travar, estabelecer uma luta sem tréguas para desmontar, para denunciar as armadilhas que o pensamento conservador, o pensamento de direita insiste em impor à sociedade, impor ao povo. Isso supõe que esse intelectual vai ter um compromisso permanente, do qual ele não abre mão, no sentido de dar

ao seu povo os instrumentos estéticos, os instrumentos analíticos, os instrumentos teóricos de análise, de reflexão, de combate. Então, é evidente que nós, nessa tradição que é recente, mas é sólida no âmbito da ABESS, da comunidade acadêmica dos assistentes sociais, nos colocamos, nos inscrevemos nesse campo de luta por uma hegemonia popular, nesse campo de luta pela produção de um saber insurgente, crítico em face do *status quo*. Colocamo-nos no campo da razão crítica.

Quando eu dizia que há, a meu ver, uma ênfase excessiva na polêmica epistemológica e metodológica, isso significa que na sequência da minha exposição vou chamar a atenção para alguns temas, problemas ou questões bastante presentes na conjuntura atual e que estão a exigir, a merecer um equacionamento, uma análise detida por parte dos assistentes sociais. Isso não significa produção de uma ciência nova, ou de um saber exclusivo dos assistentes sociais. Essa preocupação eu realmente não tenho. Não se trata de perder o sono em busca da *especificidade* do Serviço Social. Nós podemos não ter especificidade, mas temos peculiaridades, temos algumas identidades passíveis de serem construídas historicamente. Então, é todo um *know-how*, todo um acervo nessa área.

O desafio, nessa perspectiva, é saber o que se passa, é buscar explicar a realidade do nosso tempo. É fazer um cotejo permanente entre as nossas produções, as nossas leituras e o que se passa bem perto dos nossos olhos. O desafio é precisamente esse: fazer esse cotejo, essa aferição permanente, esse embate sem tréguas entre os nossos referenciais, as nossas leituras, as nossas reflexões a partir mesmo dessa realidade conjuntural e estrutural. Pensar no real para dar conta do concreto, pensar no real, sem qualquer risco, conforme alertado pela Ana Quiroga, de cair de novo no empiricismo ou cair na chamada razão instrumental, na razão burocrática, na razão utilitarista. Evidentemente, eu me ponho aqui em um campo oposto e atento a esse risco. Mas, de qualquer maneira, é um desafio para nós: acompanhar mais atentamente esse real, se é que queremos dar conta do concreto, pelo caminho da construção intelectual, pelo nível da apropriação intelectual na forma de conceito sobre a realidade que nos cerca, que nos circunscreve.

Então, sob os pressupostos de uma razão crítica ou de um pensamento social insurgente, temos alguns temas que estão exigindo nossa análise. Não importa o nível em que essa análise se dê, se é o nível micro, médio ou macro. Trata-se, ao meu ver, de ganhar espaço na

comunidade acadêmica e profissional. Quem faz a melhor análise? Estou falando de lucidez mesmo, iluminismo nesse sentido é muito importante, é fundamental, é clareza. Nós estamos vivendo, como diz José Paulo Netto, tempos difíceis para a razão, estamos vivendo momentos de desalento em vários setores da sociedade. Então, lucidez é fundamental. Agora, quem detém a melhor análise, quem faz melhores leituras, propõe mais e com maior senso de oportunidade.

Mas a reflexão teórica, a análise, não é uma análise da torre de marfim, em uma universidade deslocada do que se passa bem perto dos seus olhos. Não é dessa universidade protegida que estou falando. E até acho que cabe dizer que a nossa atividade na universidade é, de certa forma, protegida dos embates que estão presentes, muitas vezes, em outras instituições da chamada sociedade civil, no mercado de trabalho, onde você tem não apenas de ser capaz de fazer análises suficientes, mas de responder à demanda na sua porta, responder a embates que são culturais, que são ideológicos responder a embates que são político-ideológicos, responder pela instauração e prestação de serviços eficientes etc. A questão da eficiência nos serviços sociais é uma questão política. Falar a palavra eficiência não significa despolitizar. Falar a palavra *competência* significa traquejo sim, traquejo para saber fazer as coisas. Então, é saber compatibilizar o pensamento ético, o pensamento crítico, com o pensamento estratégico. Talvez tenhamos algumas debilidades nesse âmbito que eu chamo de pensamento estratégico.

Então, é preciso combinar a razão insurgente, ética, inconformada, com essa razão que não é burocrática, que não é instrumental, que não é utilitarista, mas é de *proposta*, sob pena de se cair naquele criticismo estéril, absolutamente incapaz de responder às demandas também à sua porta, da sua prática, correndo um sério risco de não ter possibilidade de sobrevivência enquanto força política, enquanto profissional, enquanto espaço que você perde para outros interlocutores, até não tão tarimbados, e não tão qualificados, muitas vezes, quanto você, ou quanto alguns assistentes sociais de nossa comunidade profissional.

Trata-se, pois, de compatibilizar o pensamento crítico e insurgente com esse esforço estratégico de propostas de intervenção. Trata-se, por exemplo, de estabelecer uma ruptura com toda herança conservadora do Serviço Social, com raízes na benevolência. Ao final da fala da Aldaiza, a gente continuava discutindo aqui no saguão, e uma colega dizia: “Aldaiza, quando você se refere à instauração do direito social, o direito

reclamável, isso significa escrever um texto de lei, sabendo que boa parte das leis do país são letras mortas, não têm uma efetividade?”. Ai eu interferi no debate, ali no saguão, para dizer: “Só que toda negociação, todo o debate que você vai fazer para traduzir isso em um patamar de direito, isso significa simplesmente uma posição arrasadora na sociedade. As negociações que se fazem em torno do Estatuto da Criança desinstalam, mexem com concepções, essas negociações que se fazem hoje, em torno de se viabilizar ou não o Estatuto”.

Então, a própria lei, o próprio texto de lei passa a ser bandeira de luta e motor de equacionamento de conflitos na sociedade. Hoje estamos discutindo a famosa e preciosa, cara, no nosso âmbito, *Lei Orgânica da Assistência Social*. Dizer na Constituição Brasileira, no seus artigos 203 e 204, que a assistência social é um direito do cidadão brasileiro não é pouco. É muitíssimo. E nós que temos militado, trabalhado há vários anos na comunidade profissional, e temos ido falar na CUT, na Câmara, no Ministério da Ação Social, nas prefeituras, nas universidades, vemos o quanto tem que ser feito nessa área da assistência social. Retirar a assistência social do campo da beneficência, da filantropia, do amadorismo, do clientelismo e inscrevê-la em um campo de luta por mínimos, em um campo de luta por acesso a parcelas da riqueza socialmente produzida significa simplesmente algo inusitado na sociedade brasileira.

Traduzir em um patamar de direito reclamável, como dizia Aldaiza, não é pouco. Em meu modo de entender, é simplesmente arrasador, é simplesmente revolver e desinstalar toda uma parafernalia da beneficência, do favor, da corrupção, do clientelismo e da cooptação, profundamente incrustados e encaacrados na cultura política institucional brasileira. Isso é fundamental, é uma tarefa inadiável dos assistentes sociais. Trata-se de buscar formas de articulação mais estreitas entre a universidade e a sociedade. Sem exagero, gostaria de dizer que é até uma questão de sobrevivência: a universidade, em alguns casos bastante conhecidos, se não tomar cuidado, corre o risco até de obsolescência, de absoluto descompasso com a realidade de seu tempo. E não quero fazer “discursar”, todos nós somos da universidade e sabemos do processo de desqualificação, do desprezo pela universidade pública, do desprezo pela atuação docente etc.

A sociedade está a exigir da universidade respostas mais efetivas, articulações mais estreitas. Eu vejo, no caso de São Paulo, que os nossos alunos, os nossos estagiários, até bem pouco tempo, três ou quatro anos atrás, estavam fundamentalmente no poder público, que é uma tradição,

é um traço da nossa história e da nossa memória. Mas nos últimos três, quatro anos, a maioria dos alunos está nas empresas, trabalhando e atuando como estagiários, muitos deles, agora no último ano, com promessa de emprego assim que terminarem o curso e o estágio. E as empresas fazem uma pressão enorme no sentido de que elas querem formar os próprios quadros. Elas começam, dependendo do tamanho da empresa, média ou grande, a criar os próprios centros de pesquisa, os próprios centros de formação de pessoal, elas têm os seus programas de *traineeship*, que são programas de treinamento, de estágio, para garantir a formação dos seus *trainees*, *seniors*, *juniors* ou profissionais.

Não estou defendendo, absolutamente, não se trata de submeter o nosso currículo, a nossa produção independente, autônoma, da universidade, a qualquer mercado. Mas não dá para passar ao largo do mercado, não dá para ignorar esse mercado que nos pressiona. E, diante da pressão, ou você capitula e subordina o seu projeto educacional autônomo, independente, crítico, incontestado, a esse mercado, ou você dialoga, oferece alternativas, sem desfigurar o seu projeto. Dá para se fazer propostas que, historicamente, respondam, sem desfigurar o seu projeto. Esse é o embate, essa é a questão. E isso significa disputa, sim, por espaço e por hegemonia.

Temos, na profissão de assistente social, diferentes grupos que controlam o mercado de trabalho, que são protagonistas aqui e ali, nas instituições, na docência, na universidade. Talvez nós tenhamos aqui um determinado grupo hegemônico. Mas quantos são os grupos na sociedade brasileira? Não existe um Serviço Social universal, não existe um único jeito de ser assistente social na sociedade capitalista brasileira, sul-americana, cabocla, tupiniquim. Não existe apenas um modo de ser assistente social, felizmente. Existem várias possibilidades históricas de ser assistente social.

E a universidade tem que dar conta disso. Esta semana, por exemplo, recebi lá na faculdade prospectos referentes a um concurso de uma instituição sediada em Brasília, que tem sucursais, escritórios em todo o Brasil, e que vai selecionar assistentes sociais. E, no programa do concurso, entre outras coisas, pede-se conhecimento de informática e da língua inglesa. Espera-se o maior domínio possível da língua inglesa. Então, são demandas que se colocam. E você fala assim: “Bom, mas o assistente social não é digitador, não é programador, não é analista de sistemas”. Só que, meu amigo, muita coisa aconteceu desde nossa tradicional e clássica folha de rosto até o disquete. Muitas águas

passaram embaixo do computador. Então, ou você tem um traquejo para lidar com isso, ou você "fica", "dança" e não passa em um concurso, em que pese a seriedade de sua proposta, em que pese o componente crítico de sua postura, os compromissos históricos assumidos. Há certos aspectos dessa razão — que chamo aqui, por falta de outro termo, estratégica — que são fundamentais. Sem exagero, até por uma questão de sobrevivência, isso não nos diminui, não nos desqualifica. Pelo contrário, nos alerta para certos fenômenos de nosso tempo.

Uma palavra sobre a pesquisa. A questão da pesquisa é uma coisa que nos incomoda e que nos desafia. A profissão tem uma divisão interna do trabalho. Não dá para esperar, não dá para desejar que os 50 ou 60 mil assistentes sociais brasileiros sejam refinados pesquisadores, no sentido mais sério e profundo da palavra. Não dá para exigir isso. Há uma pesquisa que se passa fundamentalmente na universidade, há uma pesquisa que é feita por uma elite — elite no melhor sentido da palavra — de quadros de qualificação, de condições financeiras, de financiamento, de concessão de recursos pelo CNPq, aqui honrosamente presente e comprometido até os cabelos conosco para o próximo ano, o próximo quinquênio e a próxima década. Por tudo isso que o CNPq está presenciando aqui, ele está se convencendo de que tem que investir mesmo no Serviço Social!

Então, desde a pesquisa refinada, caríssima e importante, de uma elite, sempre no melhor sentido da palavra, até o assistente social que está lá no terminal de prestação de serviços, há diferenças importantes, sem qualquer desqualificação de qualquer um desses setores. São níveis diferentes, são abordagens diferentes, são dimensões diferentes da profissão. Todas devem se qualificar, evidentemente, pelo caráter informático, crítico, politizado e científico de sua prática.

Agora, junto com uma pesquisa que está a exigir o domínio dos paradigmas, nós vimos falando hoje da necessidade de romper com o doutrinarismo, de recorrer às fontes, de fazer tábua rasa dos equívocos, de fazer leituras mais consistentes. E eu quero agregar que fazer pesquisa é também uma questão de talento. Você pode dominar leituras, métodos e técnicas de pesquisa (a Diísea que me conteste, hoje à tarde, como professora de pesquisa), mas não basta o instrumental, digamos assim, mais técnico. Você precisa de talento, precisa de cultura geral, precisa de erudição. Quanto maior o seu repertório, maior a sua capacidade de fazer a interdisciplinaridade, mais do que interdisciplinaridade, a perspectiva de uma síntese, no campo que chamamos aqui de *uma teoria*

social, que está muito pouco preocupada com essa segmentação, com as disciplinas "científicas". Parece que os seminários da ABESS que nos antecederam já fizeram amplamente o alerta para essa questão. Através das falas de José Paulo Netto e da colega Alba, já se fez isso à exaustão.

Trata-se, então, no âmbito de uma *teoria social*, de produzir essa pesquisa de talento, com imaginação, com um repertório mais amplo que informe essa leitura ou essa narrativa. Evidentemente, quanto maior o seu referencial, maior sua capacidade de dialogar com essas produções, muito mais completa e respeitável a sua pesquisa. O que envolve, então, esse desafio de transitar em diversas correntes e diversas produções, dentro de uma consistência epistemológica que não abre mão de um eixo, que não abre mão de uma proposta. Pluralismo com unidade, eu diria. Pluralismo, sim, mas sem desfigurar o projeto, sem desfigurar uma perspectiva tão séria, tão acalentada, tão duramente conquistada, seja pela prática, seja pela teoria, seja pelo combate marcadamente político.

Façamos um balanço rápido sobre as tendências da pesquisa em Serviço Social. Um trabalho nessa linha foi feito pela Myrian Veras e outros colegas, e acho que no caderno n.º 4 da ABESS, apresentando um balanço quantitativo e também apontando tendências e debilidades da pesquisa nessa área. É muito fácil detectar em nossa literatura, primeiro, como tendência de pesquisa e de "objeto", o *próprio Serviço Social*: quando se analisa sua história, sua natureza, suas formas, seus mecanismos de revitalização conservadora ou progressista, suas formas de incorporar (e utilizar) paradigmas teóricos à sua produção acadêmica, o chamado "Estado das Artes", suas vinculações e diferentes projetos sócio-políticos pela linha de análise das relações de classe e de poder. Faleiros tem feito isso. Marilda tem feito isso, José Paulo Netto, enfim, temos expressões aí respeitáveis, preciosas nessa área. Procurou-se, até agora, analisar o seu objeto, a sua metodologia e, mais recentemente, a questão institucional, que é, por assim dizer, o *locus* de ação, é o cenário da prática. Então, essa é uma grande tendência: analisar o próprio Serviço Social.

Não quero ressaltar essa expressão, porque ela é reducionista, mas, na falta de outra, quase que vai se construindo uma *sociologia da profissão*. (Este termo reduz; talvez o melhor a dizer seria ver como é que o Serviço Social dialoga, transita, interage no campo da teoria social mais ampla. O que eu chamei aqui de uma "sociologia da profissão",

ponha-se entre parênteses e depois a gente vê.) Vai se submetendo o Serviço Social ao crivo de uma análise histórica, ao crivo dessa crítica social abrangente, da qual já falei tanto aqui.

Uma segunda tendência forte, felizmente, é a que diz respeito aos *movimentos sociais, populares, urbanos e rurais*. Movimentos articulados, invariavelmente, em torno de demanda por serviços sociais, públicos quase sempre, e de uma infra-estrutura, qual seja, esgoto, água, energia, melhorias urbanas, educação, saúde, habitação, transporte, lazer etc. E movimento social da própria categoria. Não quero falar muito disso para não cansar vocês e porque é amplamente conhecido o movimento da própria comunidade profissional através dos seus organismos de classe, através dos seus eventos nacionais, expressivos e respeitados, através da condição de trabalhador do assistente social, como profissional, como funcionário público, como pesquisador, como docente — em uma palavra, como militante ou como cidadão. Então há um estudo dos movimentos da própria categoria.

O terceiro bloco é a própria *formação profissional em Serviço Social*, que está muito preocupada com o ensino de determinadas disciplinas, sendo que algumas vêm merecendo destaque. Já se fez mais de cinco eventos nesse Brasil sobre a questão do ensino da *Metodologia*, por exemplo; sobre o ensino de *Desenvolvimento de Comunidade*, vários eventos, vários textos; sobre a questão da *Ética*, estamos transitando, felizmente, de uma ética focalista, pontual, corporativa, para uma ética do convívio social. Estamos avançando de novo nessa produção, de uma ética profissional estreita para uma ética da convivência humana, para uma ética da solidariedade, do convívio nas relações que se travam na sociedade. Efetivamente é muito ampla. Essa discussão sobre a *Ética* vem avançando. Temos aqui alguns protagonistas diretos dessas lutas: CFSS, CRAS, ABESS, para não citar nomes de todos os companheiros.

E a questão da *prática profissional*, que é um verdadeiro nó, um verdadeiro “imbróglio” na formação profissional. Em um momento oportuno nós vamos nos deter mais nisso e tentar superar esse verdadeiro “imbróglio”, esse verdadeiro impasse que se trava no ensino cotidiano do Serviço Social, em face do imenso cipoal de experiências e práticas que se dão no interior das instituições. Esta luta é a terceira tendência: a formação profissional.

A quarta, a *questão do Estado*. Ana Quiroga já falou dessa nossa quase preferência para analisar o Estado, o que implicou, certamente,

na nossa história, romper com certos dogmatismos, certos maniqueísmos políticos, teóricos, em face da questão do Estado. Com efeito, o Estado acaba sendo uma espécie de destinatário especial das nossas análises, por razões históricas óbvias. Porque nós somos operadores das políticas sociais, porque nós somos tradicionalmente funcionários do poder público, porque as demandas sociais encontram como arena para se traduzir em patamares políticos, o próprio Estado. Como diz Chico de Oliveira, o Estado é hoje, na nossa sociedade, não um lugar, mas o lugar por excelência da luta de classe. E não por acaso, mas sábia, estrategicamente, nós temos sabido enfrentar a questão do Estado como um interlocutor privilegiado. A propósito, uma demanda que está exigindo de nós o enfrentamento para equacionar a transferência de renda para os mais pobres, o acesso à riqueza social, a garantia de renda mínima, o acesso aos mínimos sociais, é a *Lei Orgânica de Assistência Social*. Temos de enfrentar a questão do Estado para combater essa perspectiva neoliberal tão amplamente analisada aqui anteriormente, que já mostrou o seu malogro e a sua incapacidade de dar respostas para os dilemas do nosso tempo e que vetou a *Lei Orgânica de Assistência Social*, que tem, no seu texto, a idéia, a concepção de transferir renda aos mais pobres, de garantir o acesso a mínimos.

Então, esse neoliberalismo não nos interessa. Foral *Go away! Go out!* Foral! Porque ele é anti-povo. O governo Collor, nos seus dois primeiros anos de gestão, reduziu em 19% os gastos sociais com educação, saúde e assistência social. E junto com isso, vetou a *Lei Orgânica de Assistência Social*. Esse neoliberalismo é antipovo, ele concentra a riqueza social, ele exclui os pobres uma vez mais, ele abre as importações para carrões sofisticados e luxuosos, ele moderniza para alguns, mas, de outro lado, ele produz fome, miséria, gente desdentada, desalentada, desempregada, todos os qualificativos que nós possamos ter aqui para o quadro de miséria que está em vista.

Não quero dizer que é fácil, mas é muito contundente, é muito urgente a crítica, por exemplo, dessa “modernização”, desse modelo neoliberal antipovo, *Antilei Orgânica de Assistência Social*, antigarantia de mínimos sociais para a população brasileira. A assistência social privada vem sendo objeto das leituras, das análises, por exemplo, de uma colega de Pernambuco, Ana Elizabeth Mota, entre outros, e a assistência social *lato e stricto sensu*. Temos até, paralelamente a este encontro, um curso que está acontecendo no Centro Josué de Castro,

que vem discutindo as políticas sociais e, privilegiadamente, a assistência social.

Bem, colocadas essas tendências, nesse balanço, e caminhando para o fim, vejo diante desses pontos que mencionei que nós temos que romper com uma certa tendência para reproduzir discursos sobre a teoria. Essa tendência a reproduzir também acontece na educação, acontece em outras áreas. Essa tendência deve dar lugar a um crescente esforço em operar criticamente com referências teóricas. Temos de nos debruçar diante dessas demandas que vou arrolar rapidamente, que estão aí exigindo de nós respostas bem concretas. Concretas não quer dizer empiricistas; concretas quer dizer o real apreendido pelo processo de reflexão e de pensamento. Com carinho, com todo o amor pela reflexão teórica. Sem qualquer desprezo pelo que é o nosso espaço, por excelência, de produção. Operar criticamente com esses referenciais, avançando, recriando, realimentando, assegurando a efetiva progressão do conhecimento em Serviço Social. Então, o reconhecimento das nossas limitações será tão partilhado pela comunidade acadêmica dos assistentes sociais “quanto mais rigorosa, competente e reconhecida socialmente” for a nossa produção.

Avançaremos mais quanto mais conseguirmos colocar as nossas reflexões, as nossas sistematizações, que são teorizações da prática, as nossas pesquisas mais refinadas, quanto mais conseguirmos sair do nosso umbigo, nós conosco mesmos, e romper com certa endogenia da qual padecemos também, e dialogar com o público externo, colocando nossas reflexões, críticas, demandas e produções para uma comunidade mais ampla (acho que a revista *Serviço Social e Sociedade* cumpre já este papel, os *Cadernos ABESS* estão penetrando cada vez mais, e outros veículos). Então, ou nós fazemos isso, ou reproduzimos a endogenia, a insatisfação com os outros discursos teóricos, sem enfrentar concretamente essas demandas.

Seremos mais capazes e mais reconhecidos socialmente quanto mais formos capazes de responder questões bem concretas. Aldatza já mencionou, por exemplo, a experiência do Núcleo de Pesquisa em Política Social da Unicamp, respeitado, sério, mas que não tem a presença de sequer um assistente social. Há grupos que vêm discutindo a questão das ONGs, que prestam serviços sociais, com ausência frequente de assistentes sociais, por exemplo. Aconteceu em Belo Horizonte, outro dia, um seminário sobre a chamada Psicologia da Comu-

nidade, com a presença pequena, tímida, não pelos colegas que lá compareceram, mas pelo número de assistentes sociais. No programa do evento você vê questões relacionadas a trabalho com grupos populares, organização da comunidade, a identidade como um produto da intersecção entre objetivo e subjetivo (o indivíduo enquanto “indivíduo” é abstração; o indivíduo só existe e define a própria identidade nas relações que trava com seu ambiente, com seu contexto). Então, tratou-se de temas de absoluto conhecimento, vivência, experiência na nossa área. Um outro exemplo: recebi na Faculdade de Serviço Social, outro dia, um livro sobre desenvolvimento de comunidade escrito por dois juristas.

Não estou falando aqui de uma visão corporativa estreita. Estamos falando de diálogo, de interdisciplinaridade, de síntese de uma teoria social. Mas estou falando aqui de disputa, sim, por um espaço na comunidade acadêmica, disputa hegemônica, ou não?

Por que, que texto é este, em que perspectiva? E é disto que estou falando. Não é uma perspectiva ingênua, abstrata, de “olha, ele tirou o meu filão”, mas de debate e conquista, de ganhar espaço. Estou falando de disputa hegemônica. Hegemonia é uma palavra que vem do grego: hegemonia significa ser direção, ser guia. E nós não abrimos mão de um projeto de direção para a sociedade, dentro de uma perspectiva aqui já amplamente colocada.

Gostaria de inventariar, lembrar alguns temas que me parecem ainda pendentes e que também estão a exigir a contribuição nossa, mas acho que o tempo é insuficiente. Um tema que é o próprio currículo, e uma série de temas que estão na sociedade, mas eu acho que o tempo não vai dar. No que diz respeito ao currículo, tem que ser um currículo atento às questões do movimento brasileiro, tem que ser um currículo atento às questões do seu tempo. A literatura marxista não diz que temos de ser críticos das condições socialmente existentes? Esta frase é densa, densa de possibilidades, densa de desafios e está longe de ser superada.

Temos de formar assistentes sociais, primeiro, críticos sociais, analistas das condições do seu tempo. Segundo, técnicos sociais, e aí há uma debilidade. Então, fazemos bem em indagar os propósitos, fazer a crítica histórica, mas temos que garantir o *know-how*. É o *savoir-pourquoi* e o *savoir-faire*, é o pensamento ético e o estratégico. Essa bipolaridade me agrada muito, não é positivista. É uma bipolaridade que ajuda para o que eu quero dizer a vocês.

Então, é um currículo que seja capaz, primeiro, de produzir assistentes sociais informados, insurgentes. Segundo, de fazer bons técnicos, que tenham traquejo, um domínio de instrumentos operativos. Qual é o problema? Há um certo ranço, um certo desprezo pelo técnico, operativo, prático: são questões subalternas no espaço da academia, parecem não dar *status* acadêmico, o que é tolice, uma burrice, quando se fala justamente de articular essas coisas.

O currículo não se restringe à grade curricular, evidentemente, e todos nós sabemos disso, mas é também espaço de luta. O currículo está em movimento, o currículo é aquele espaço de tempo, de crédito, de dinheiro, de carga horária, de pessoas, de disciplinas, de ementas por objetivos, ou seja, um espaço dado, conquistado para a produção intelectual, para a produção cultural.

A universidade é o espaço, por excelência, da produção cultural. Não estou falando aqui de dicotomia entre cultura erudita e cultura popular. Pelo contrário, até defendendo a fusão dessas coisas. A cultura é patrimônio da humanidade. Eu defendendo, no que diz respeito à cultura, o democrático movimento do *vernissage* ao grafite. O problema é de acesso. Hoje, os grafiteiros em São Paulo estão pleiteando espaço para apresentar sua arte.

A luta é justamente pelo acesso à produção cultural. Costumo dizer, não tenho nada conta o saxofone, sofisticado, "erudito", complexo, rico de recursos, lindo. Nem contra o berimbau, rústico, popular, rico, imaginativo. Então o problema é de acesso, e o currículo tem que ser este espaço para a produção cultural: do grafite ao *vernissage*, do berimbau ao saxofone, tem que falar de cultura.

Mas o nosso currículo é muito "sociologista". É preciso dar um banho cultural nesse currículo, nessa formação, e fazer essa fusão. Por exemplo, outro dia soube de um show em São Paulo, cujo título era "O Pianista e o Boêmio": Arthur Moreira Lima e Nelson Gonçalves cantando "Caminheiros". Acho perfeito para falar desse trânsito entre cultura erudita e popular. Os nossos currículos se ressentem da falta dessa discussão cultural.

Finalmente, não abro mão da Antropologia e não compartilho dessa "crise da Antropologia". A Antropologia é fundamental em nosso currículo. Bem, mas aí devolvo a questão para a Ana Quiroga. Vou parar por aqui, não vou falar das demandas — acho que no debate dá para fazer isso — pela questão do tempo e de respeito aos interlocutores. Muito obrigado!